

CARLOS A. SARDENBERG

O debate político no Brasil sofre de uma imensa capacidade de fugir das questões essenciais. Pode-se tentar uma explicação psicológica: sendo as questões mais difíceis de resolver, é natural a tendência de fugir delas. Mas pode-se ver também pelo lado político: são fortes e têm voz na sociedade os setores que perdem com as mudanças necessárias.

Assim é que o País se envolve em debates sobre desenvolvimento x estabilidade, globalização – ótimo tema porque se pode passar a culpa de tudo a uma conspiração internacional – e, agora, erradicação da pobreza, o assunto da moda.

Só isso – ser o assunto da moda – já é negativo. Pobreza e desigualdade no Brasil foram construídas e mantidas ao longo da história por decisões políticas que favoreceram elites, minorias, corporações. Que a idéia de combater a pobreza de repente apareça no cenário, trazida por pessoas pertencentes àquelas elites, é algo no mínimo para estranhar.

Claro, as pessoas mudam de idéia, convertem-se a causas novas. Mas assim, de repente, em momento político que lhes interessa?

E, com isso, questões-chave, que até tinham entrado no debate, acabam jogadas de lado. Eis aqui uma delas, cuja solução é necessária qualquer que seja a situação econômica, haja mais ou menos globalização, mais ou menos pobreza: a questão do déficit público.

Aos números, primeiro (ver tabela sobre despesa de pessoal da União).

Entre 1987, um ano antes da Constituição, que instituiu muitas das vantagens que agora pressionam as contas, e o ano passado, o gasto do governo federal com pessoal aumentou 140% em termos reais, mesmo com arrochos. A folha aumentou por uma teia de benefícios de

NÚMEROS DO DÉFICIT

Valor anual da despesa de pessoal da União
(em R\$ bilhões de dez./97)

	1987	1994	1998
Ativos	12,5	19,3	24,7
Inativos	4,5	14,7	20,5
Benefícios e ajustes	1,3	-0,4	--
Transferências intergov.	1,3	2,2	2,1
Total	19,7	35,8	47,4

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal, Ministério de Orçamento e Gestão

Déficit previdenciário total
(em R\$ bilhões de hoje)

	1998	1999
INSS	7,8	10,5
Previdência pública	33,1	34,6
União	17,0	18,0
Estados	13,6	14,0
Municípios	2,5	2,6
Total geral	40,9	45,1

Art&Estado

aplicação automática, seja o desempenho do funcionário bom ou ruim.

Só essa tendência já seria grave, mas verifique-se a conta dos inativos: cresceu nada menos que 355% em dez anos. Em mais um ano, essa despesa vai superar a dos funcionários na ativa – e não há contabilidade que resista a isso.

Eis a sequência, portanto: há uma tendência de aumento permanente do gasto com pessoal, que inviabiliza as finanças públicas a médio prazo; o governo vem aumentando impostos e cortando as demais despesas, até com programas sociais, para pagar pessoal; dentro do gasto com pessoal, a conta que mais cresce é a do inativos.

O problema central, portanto, é o déficit previdenciário – a diferença entre a contribuição dos ativos e o pagamento aos aposentados.

Eis os números, estimados para este ano (ver tabela sobre

déficit previdenciário):

O déficit do INSS (trabalhadores do setor privado) é menor, mas é o que cresce mais depressa. É também onde se pagam as menores aposentadorias. Cerca de 12 milhões recebem um salário mínimo e a média é de 1,8 mínimo. E são 18 milhões de beneficiários.

No setor público, os inativos e pensionistas são pouco mais de 3 milhões. Mas fazem o déficit maior, pois recebem os maiores benefícios. Média de quase 20 salários mínimos no Executivo, mais de 40 no Judiciário.

Tem mais: quando se somam os gastos com salários, aposentadorias do INSS e do setor público e mais abonos e seguro-desemprego, verifica-se que o governo federal gastou no ano passado R\$ 104,5 bilhões.

As despesas não financeiras foram de R\$ 151,6 bilhões. Ou seja, o pagamento a pessoas consome quase 70% da despesa não financeira, com tendência de alta. De cada R\$ 100,00 gastos pelo governo federal, apenas R\$ 30,00 vão para as despesas fim, aquelas relacionadas

ao funcionamento dos serviços públicos (saúde, educação, polícia, tribunais).

Ora, não há empreendimento, público ou privado, que se sustente nessa relação. E olhe que a situação do governo federal é a melhor. Nos Estados e municípios, a proporção de pagamentos a pessoas é ainda maior.

Isso aí quer dizer simplesmente o seguinte: se não for feita nenhuma reforma, o setor público no Brasil caminha para uma situação em que toda a receita será usada para pagar pessoas, mas essas pessoas terão de ficar em casa, pois não haverá recursos para que possam trabalhar.

Também quer dizer o seguinte: se por um milagre fosse zerada toda a dívida pública no Brasil, eliminando-se, portanto, o pagamento de juros, o que se conseguiria seria apenas um par de anos de folga. Logo, logo os governos estariam fazendo dívida nova para pagar funcionários e aposentados.

Aumentar impostos já se aumentou (a carga tributária passou de 25% do PIB no início da década, para pouco mais de 30% hoje). Fazer dívida já se fez. Inflação também, agora contida. Mas, se não se resolve essa questão das contas públicas, vai ter outra inflação.

Pode-se discutir sobre qual a maneira de resolver isso. O que não se pode fazer é ignorar a caráter crucial do problema do déficit previdenciário. Se fosse diminuído pela metade, já sobriaria dinheiro mais que suficiente para atender os mais pobres.

Enquanto isso, as bases governistas dizem que não há clima para avançar na reforma da Previdência, no Supremo não há clima para as contribuições previdenciárias dos servidores, nos Estados não há clima para reforma administrativa.

Há clima, porém, para se falar do combate à pobreza. Se isso não é populismo, ou o País perdeu o sentido das coisas, ou a matemática foi revogada.